

## Desenvolvimento capitalista e lutas políticas no Brasil e no México ao longo do século XX

Diego Marques Pereira dos Anjos\*

### Introdução

Ao longo do século XX Brasil e México experimentaram profundas transformações no que diz respeito ao seu quadro social: entraram no século passado como países eminentemente agrícolas, fundados e desenvolvidos pela produção dos latifúndios ou das *haciendas*, inundados pelas metrópoles portuguesa e espanhola por uma multidão de trabalhadores escravos, vinculados à divisão internacional do trabalho como produtores de produtos primários, rigoroso controle estatal das atividades da sociedade civil, importação das ideias e teorias surgidas no continente europeu. Nas primeiras décadas do século passado o conflito social nos dois países se intensifica, fazendo explodir antigas contradições, mas também novas contradições emergentes. A questão da terra emerge como causadora de conflitos que marcarão a história dos dois países: no Brasil, explode a Guerra de Canudos e a Revolta do Contestado; No México a primeira revolução social da América Latina estoura no ano de 1910 dirigida por camponeses de norte a sul do país. A novidade que também surge com as primeiras décadas do novo século são os movimentos dos trabalhadores urbanos, nos dois países: no Brasil, as manufaturas de São Paulo concentram boa parte dos operários que desde a primeira década até fins da segunda década radicalizam nas manifestações, sendo marcante a greve geral de 1917; no México, os operários das minas, das manufaturas e das primeiras indústrias engrossam as fileiras dos exércitos camponeses e a capital do México é tomada pelos revolucionários no dia 06 de Dezembro de 1914.

No contexto das duas guerras mundiais, os dois países experimentam um novo impulso de desenvolvimento, tanto nas cidades quanto no meio urbano. Novas elites políticas se estabelecem no poder: no Brasil, Getúlio Vargas chega ao poder com um projeto centralista de desenvolvimento; quatro anos depois, em 1934, o General Lázaro Cardenas assume a presidência do México inaugurando o projeto de nacional-desenvolvimentismo que perduraria por mais quatro décadas, até fins dos anos de 1970. A emergência de novas classes sociais intensificando o conflito social, a chegada ao poder de novas elites políticas que passam a estruturar novas políticas estatais e o

---

\* Graduado em História pela PUC-GO e mestrando em Ciências Sociais pela Unesp, Campus de Marília.

desenvolvimento das relações de produção capitalistas são o quadro teórico geral necessário para se entender os desdobramentos históricos contidos nesses eventos. A partir de agora, tentaremos esboçar uma pequena interpretação teórica de como o movimento geral da acumulação capitalista e a formação de um modo de produção capitalista universal pode nos revelar semelhanças entre as múltiplas determinações que se expressam no desenvolvimento do capitalismo tanto no Brasil como no México.

O conceito de regime de acumulação cobrará parte de suma importância em nosso trabalho, como tentativa inicial de analisar o desenvolvimento do capitalismo no México e no Brasil ao longo do século XX. Estabilizada as relações sociais de produção nos países capitalistas Europeus e nos EUA, a expansão mundial capitalista surge da própria dinâmica de reprodução ampliada do capital. O modo de produção capitalista não pode conhecer fronteiras. Por isso se expande e muda para que conserve em sua essência o processo de valorização do capital. Como demonstraremos a seguir, um regime de acumulação marca novas características na acumulação do capital, a depender da luta de classes. Em sua expansão descontrolada avança sobre novas regiões do planeta, fazendo entrar em contato relações sociais pré-capitalistas com relações sociais que já marcam o desenvolvimento ulterior do capitalismo, isto é, as novas regiões não passam por um desenvolvimento linear, etapa por etapa, em direção à estabilização capitalista, palavra esta que o próprio capitalismo desconhece.

O capitalismo do México e do Brasil até meados da década de 1970 surge do impacto da consolidação das relações de produção capitalista, nas últimas décadas do século XIX, e do turbilhão de inovações que chegam com maior ou menor intensidade desde o núcleo do sistema capitalista mundial. Isto significa que mudanças na regulação do trabalho, na intervenção estatal, nas tecnologias das unidades de produção, nos direitos conquistados pela força de trabalho, etc. foram forjadas pós-experiências Europeias e Estadunidenses tendo como objetivo fundamental aperfeiçoar a valorização do capital. Se em poucas décadas, os países latinos substituíram relações de trabalho pré-capitalistas pelo trabalho assalariado tal processo foi perpassado pela intervenção estatal que adiantou políticas de desenvolvimento capitalista, assimilando as “últimas” medidas salvacionistas criadas desde o centro capitalista. O regime de acumulação intensivo subordinado busca ser a expressão teórica do processo de desenvolvimento capitalista durante certas décadas do século XX, processo que se forja entre a expansão capitalista mundial e as mudanças necessárias para que a conservação da valorização do capital. Bem ao melhor estilo capitalista de viver a vida, o novo que já nasce velho, com os vícios e limites dados pelas

condições sociais de sua criação. O capitalismo latino-americano é essa mescla, o que só pode acarretar em mais sofrimento para as suas populações.

### **1. Avanço mundial do capitalismo, consequências: conquista e colonização da América.**

Para Karl Marx, a determinação fundamental da sociedade capitalista é a relação social entre duas classes que possuem duas distintas formas de propriedade: num polo da sociedade, concentram-se os donos dos meios de produção, dos meios de subsistência e do capital, a classe burguesa; do outro lado, a grande massa da população proprietária somente da força de trabalho, não possui meios de produção para o seu trabalho e nem tampouco os meios de subsistência para sua reprodução enquanto ser humano, o proletariado. Essa relação social entre classes marca o estabelecimento da absoluta dependência da classe trabalhadora em relação ao capital, o que marca profunda mudança de forma na relação de propriedade característica de outros modos de produção, por exemplo, a sociedade feudal em que os camponeses e artesãos possuem a propriedade dos meios de produção, e mais distante ainda do modo de produção escravista, em que o trabalhador é ele próprio parte componente dos meios de produção, tal como uma enxada pertencem ao dono da enxada também o trabalhador é de pertencimento de seu dono. O modo de produção capitalista é o estabelecimento de uma classe de produtores livres em duplo sentido: de um lado, não possuem os meios de produção e não pertencem aos meios de produção, para Marx, são livres como pássaros para poder vender sua força de trabalho no mercado de trabalho (MARX, 1996).

O movimento de extração de mais-valia é um movimento crescente e se expressa na universalização das relações de produção capitalistas. Consciente desse movimento crescente, Marx faz também o movimento analítico de descoberta das origens da acumulação do capital, processo que ele vai chamar de acumulação primitiva do capital. Chamamos atenção para essa discussão de Marx porque ela traz contribuições para o debate a respeito do caráter das relações sociais de produção existentes na América Espanhola e Portuguesa enquanto nova região subordinada ao desenvolvimento crescente do processo de acumulação capitalista, que tinha como centro a Inglaterra. Antes de passarmos para as contribuições de Marx faremos uma breve discussão sobre o debate realizado nos meios acadêmicos na América Latina e que rendeu muitos livros durante a década de 1970, era o debate sobre o caráter das relações sociais em nosso continente, se aqui tinham se construído sociedades que reproduziam o feudalismo europeu, ou se a América Latina já tinha evoluído para relações sociais capitalistas, assim, para

avancarmos no nosso objetivo de descobrirmos as correspondências entre as transformações ocorridas no Brasil e no México ao longo do século XX se faz necessária uma interpretação geral de como a América Latina foi inserida e subordinada no processo crescente de formação do modo de produção capitalista. Terminada essa discussão acreditamos podermos levantar elementos suficientes para a partir de então debater dois processos de transformação capitalista na América Latina ao longo do século XX.

Um dos principais defensores do caráter feudal das relações sociais na América Latina foi o professor argentino Rodolfo Puiggros para quem o modo de produção que se organizou a partir da conquista da América Latina foi uma simbiose entre a ordem social dos conquistadores com a ordem social das comunidades pré-colombianas (1972). Puiggros argumenta contra a tese de que a América Latina nasceu da expansão do capitalismo, enquanto que teria ocorrido justamente o contrário, a conquista e colonização do continente latino-americano teria sido uma *transfusão de sangue do feudalismo* ibérico para não perecer ante a nascente burguesia urbana e comercial, e assim, o descobrimento da América Latina forma parte da grandeza da monarquia feudal em luta contra os elementos progressistas que surgiam naquele momento:

Sufocada a insurreição popular interna, nada impedia aos nobres em seguir com o desfrute da América, sentíam-se, e o eram em verdade, os continuadores daqueles que lutaram contra os Mouros e engrossaram os exércitos das Cruzadas. Toda empresa feudal Europeia, seja no norte contra os escravos, no leste contra os Turcos, no oeste contra os Saxões e Germanos e no sul contra os Árabes, tinha sido levada adiante sob o signo da Cruz. A conquista da América formou parte geral do processo de expansão do feudalismo e o salvou de uma morte segura. Espanha trasladou para América os elementos do regime feudal em decomposição<sup>1</sup> (PUIGGROS, 1972, p. 116).

Puiggros defende então a tese de que os modos de produção que se formaram na América Latina desde a conquista foram formas singulares do feudalismo, a partir da simbiose entre a ordem feudal e os modos de vida anteriormente existentes no continente Americano, e criticando André Gunder Frank afirma que nem mesmo o contato com o mercado mundial foi o suficiente para a transformação social no sentido de formação de um modo de produção capitalista, pois durante a colonização, somente existiu

---

<sup>1</sup> No original: Sofocada la insurrección popular interna, nada impedía a los nobles a seguir con el disfrute de América, sentíanse, y lo era en verdad, los continuadores de aquellos que lucharon contra los moros y engrosaron los ejércitos de las cruzadas. Toda empresa feudal europea, ya sea en el norte contra los esclavos, en el este contra los turcos, en el oeste contra los sajones y germanos y en el su contra los árabes, ha sido llevada adelante con el signo de la cruz. La conquista de América formó parte general del proceso de expansión del feudalismo y lo salvó de una muerte segura. España volcó en América los elementos del régimen feudal en decomposición.

formalmente a figura do capitalista, que embora fosse o dono e dirigente da produção nas plantações e latifúndios baseava seu poder sob o trabalho escravo.

Na contramão da concepção que defendia o caráter semifeudal latino-americano em relação às sociedades capitalistas desenvolvidas, alguns teóricos vão se aprofundar na questão da teoria da dependência, entre eles destacamos Ruy Mauro Marini, Enzo Falleto e Fernando Henrique Cardoso, André Gunder Frank, entre outros. Escolhemos a interpretação de Gunder Frank devido ao debate aberto entre ele e Rodolfo Puiggrós, quando entre várias respostas e críticas Gunder Frank se vê obrigado a expor detalhadamente seus argumentos ao ser alvo da crítica pública feita por Puiggrós.

O esquema teórico de Frank pode ser exposto da seguinte forma: primeiramente, é falso supor que o desenvolvimento econômico ocorre em todas as suas etapas da mesma forma em todos os países. Os países hoje subdesenvolvidos não têm as mesmas características da evolução dos países desenvolvidos, estes não passaram por uma etapa de subdesenvolvimento; como consequência, o subdesenvolvimento é um produto histórico das relações entre os países satélites subdesenvolvidos e as metrópoles desenvolvidas. A estrutura e a evolução do sistema capitalista em escala mundial ocorre através da incorporação para a acumulação do capital metropolitano; dessa forma, deve-se rechaçar as concepções dualistas sobre as sociedades latino-americanas, divididas entre moderna e pré-capitalista. Frank afirma que a concepção dualista trata-se de uma ilusão já que a estrutura do sistema capitalista penetrou de forma efetiva mesmo nas regiões mais isoladas e atrasadas do mundo subdesenvolvido; a relação entre metrópole-satélite penetra no interior das sociedades latinas, criando submetrópoles que reproduzem os esquemas de dominação monopolista (FRANK, 1970; 1972; LACLAU apud FRANK, 1972).

Dessa forma, Gunder Frank defende que desde os primeiros momentos da colonização a América Latina está subordinada ao processo global de acumulação capitalista, inserida no mercado e sistema mundial do capitalismo por meio da relação de dependência. Para este teórico da dependência, não existe a etapa de preparação para as relações sociais capitalistas, já vivemos nela desde 500 anos atrás e é essa a condição responsável por nosso subdesenvolvimento.

Distanciado historicamente é mais fácil para o pesquisador avaliar criticamente as duas concepções, mesmo porque hoje em dia poucos defenderiam a concepção de que a América Latina é uma região feudal, e por outro lado, desde a década de 1960 autores marxistas vêm apontando novos elementos da subordinação da América Latina, tal como

os trabalhos de Ruy Mauro Marini esclarecendo sobre o caráter da superexploração do trabalho nas regiões periféricas do planeta como resquícios da transição de formas compulsórias de trabalho para as formas livres que assumem o trabalhador na sociedade capitalista.

A questão do caráter das relações sociais de produção na América Latina ganha novos contornos quando resgatamos as contribuições de Marx sobre o processo de acumulação primitiva de capital. Como adiantamos anteriormente, a relação capital-trabalho se fundamenta em que uma classe somente possui sua força de trabalho que coloca a disposição no mercado de trabalho, enquanto outra classe possui o controle dos meios de produção, dos meios de subsistência e do capital, relação esta que após estabelecida historicamente necessita se ampliar crescentemente. Extrapola os limites do presente trabalho fazemos uma caracterização detalhada das relações de produção que perduraram por mais de três séculos na América Latina.

Nesse sentido, necessitamos alargar o caminho trilhado pelo debate sobre o caráter feudal ou capitalista das relações de produção que aqui foram estabelecidas. Nosso caminho será o de apontar como o sistema colonial é parte integrante do processo de acumulação primitiva do capital, elemento presente no ponto de partida para a formação da classe capitalista e do proletariado na Europa e não resultado do modo de produção capitalista, mas ao contrário, um dos elementos de seu ponto de partida histórico. Realizamos esse procedimento porque acreditamos que as concepções de Puigros e de Gunder Frank apresentam significativas contribuições, mas necessitam ser complementadas com os avanços das pesquisas, assim: Gunder Frank enfatiza o sistema comercial em sua análise para apresentar o caráter capitalista desde as origens da conquista e colonização da América Latina, contudo, é amplamente reconhecido que o capital comercial existe em vários outros modos de produção e não caracteriza o modo de produção capitalista, e exatamente por isso Gunder Frank não aponta em nenhum momento de sua explicação por meio da teoria da dependência a existência de uma classe de trabalhadores livres dos meios de produção e dos meios de subsistência, o que desde o começo de nosso trabalho apresentamos como determinação fundamental para a existência do modo de produção capitalista; por outro lado, a concepção de Puigros apresenta alguns problemas ao fazer uma afirmação em abstrato de que os modos de produção existentes na América Latina foram formas singulares do feudalismo devido ao fato de ter havido uma simbiose entre o modo de produção feudal e os modos de produção pré-colombianos. Ora, o que aconteceu com os milhões de nativos que aqui viviam de

diferenciadas formas, muitas das quais baseadas em relações sociais sem a existência de propriedade privada? O fato de espanhóis e portugueses, na ausência dos recursos existentes na Europa, terem se apropriado da alimentação, agricultura, dos conhecimentos das florestas, montanhas e do ambiente em geral não configura o estabelecimento de um novo modo de produção, mas reforça o caráter expropriador com que o europeu colonizou a América Latina. E ainda mais problemático é recusar a força influenciadora do mercado mundial que trouxe para o continente americano milhões de negros escravizados para trabalharem nas plantações, *haciendas*, latifúndios e nas minas de ouro e prata<sup>2</sup>. A principal contribuição de Puiggrós é demonstrar a inexistência dos elementos fundamentais da acumulação capitalista no continente latino-americano, sobretudo a inexistência de uma classe de trabalhadores livres dos meios de produção e dos meios de subsistência. Nossa tarefa daqui em diante é apresentar novos elementos para se compreender esse período histórico, apresentação esta que pretende contribuir para o nosso entendimento das correspondências identificadas.

Durante o processo de acumulação primitiva, segundo Marx a violência se torna uma potência econômica na medida em que cria alavancas para a formação da classe capitalista, concentrando capitais e meios de produção ao mesmo tempo em que expropria as massas de camponeses feudais, e seu exemplo clássico é a Inglaterra como expressão mais “pura” do processo histórico que se espalhou por vários países da Europa. O que faz época na história da acumulação primitiva são as grandes conquistas e descobertas que servem de alavanca à classe capitalista em formação, principalmente os momentos em que grandes massas são arrancadas dos seus meios de subsistência e jogadas no mercado de trabalho como proletários livres:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (MARX, 1996, p. 355).

Esse processo se restringe ao continente europeu, onde o capitalismo se forma com a decomposição da sociedade feudal; Mas logo se esparrama pelo mundo: e o ponto de partida necessário é a formação do mercado mundial que ocorre com as grandes

---

<sup>2</sup>Para uma análise desse período em termos de modo de produção ver a obra de GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3 ed. São Paulo, Ática, 1980.

descobertas de fins do século XV (MARX, 1996). O processo de acumulação primitiva se generaliza conforme se expande o mercado mundial e muitas vezes entra em choque com as relações sociais estabelecidas fora da Europa, e em outros casos faz reviver antigas formas de exploração sob as novas condições sociais, sob o crescente processo de centralização de capital. Para analisar o processo de acumulação primitiva Marx faz a ressalva de que será necessário abstrair os fatores econômicos e perceber na história real como os atos de violência assumem o papel principal, culminando durante o processo de acumulação primitiva na violência como potência econômica no avanço do capital sobre novas regiões do planeta. Segundo Marx, a aurora da era da produção capitalista foi marcada pela

descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação dos Países Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Antijacobina da Inglaterra e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China etc. (MARX, 1996, 370).

Notemos que Marx refere-se ao processo de acumulação primitiva como um momento histórico que vai do século XVI, com as expropriações dos títulos jurídicos das terras dos camponeses feudais até as Guerras do Ópio que ocorrem na década de 40 e 70 do século XIX. Processo que passa por diferentes momentos e marca as posições que os países vão assumindo na direção do capitalismo, isto é, a hegemonia que determinada nação atinge durante o processo de acumulação primitiva começando pela Espanha e Portugal, passando por Holanda e França e culminando na Inglaterra, quando

são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parceira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova (MARX, 1996, p. 370).

Nesse processo de acumulação primitiva, a formação da classe trabalhadora livre através da expropriação dos meios de produção e dos meios de subsistência, o sistema colonial, o comércio e as navegações são alavancas para a concentração de capital (MARX, 1996). A violência de forma sistematizada se torna importante instrumento em busca de meios que satisfazem a acumulação de capitais (produtos primários, minerais,



especiarias de todas as espécies). Marx descreve as intensas batalhas que a Inglaterra travou com os seus adversários pelo controle do tráfico de escravos, e no ano de 1743 tira da Espanha o monopólio do tráfico dos negros africanos, lhe sendo permitido fornecer à América Espanhola 4, 800 escravos por ano, com isso “Liverpool teve grande crescimento com base no comércio de escravos. Ele constitui seu método de acumulação primitiva” (MARX, *Ibidem*, p. 378), e por meio da economia escravista dos EUA pôde a indústria do algodão da Inglaterra se desenvolver mais intensamente, “de maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão *sans phrase*, do Novo Mundo” (MARX, *Ibidem*, p. 378).

Resumindo, no novo continente pôde o homem burguês criar um novo mundo à sua imagem e semelhança (MARX, *Ibidem*) e os instrumentos de criação foram o sistema colonial baseado na escravidão e no monopólio das relações externas dos países latino-americanos, forma de subordinação assentada na violência concentrada no estado colonial como forma de garantir a superexploração do trabalho compulsório nos países latino-americanos, e outras regiões do mundo que foram colonizadas. A classe trabalhadora “livre como pássaro” (MARX) (ou seja, desapropriada dos meios de produção e dos meios de subsistência) começa a se formar, tanto no Brasil como no México, somente na segunda metade do século XIX na produção agrícola, nas minas e nas primeiras fábricas que se criam para suprir as necessidades crescentes da produção (infraestrutura de transporte, urbanização, modernização das comunicações, mercado interno, etc.). Grupos ligados à atividade estatal e setores da economia urbana se fortificam no interior dos dois países, a exemplo dos militares positivistas no Brasil e dos científicos no México; o Estado Nacional fortalece suas estruturas de centralização, controle político e de direção do desenvolvimento nacional; e as primeiras organizações da classe trabalhadora surgem expressando novos interesses no processo de transformação que se aprofunda dentro dos quadros nacionais. Acredito que essas novas observações apontadas para o entendimento do processo de subordinação da América Latina venha a contribuir para descobrir o processo de aprofundamento e de generalização das relações sociais capitalistas ao longo do século XX no Brasil e no México e, sobretudo, nos ajudar a descobrir as correspondências existentes nas transformações nos dois países.

## **2. O significado de correspondências.**

Pretende-se com o presente estudo relacionar os dados empíricos coletados por meio de estudo bibliográfico sobre a história dos dois países até meados do século XX

com uma teoria que dê conta de expressar o movimento a qual as transformações ocorridas estavam resultando, a saber, a generalização das relações sociais capitalistas no Brasil e no México. Vamos descartar aqui a análise baseada na teoria do reflexo, ou em qualquer mecanicismo, visto que esta não dá conta dos fatores específicos que se desenvolvem em cada realidade social, mas procura tão somente reproduzir nas partes a lei geral que o movimento maior explica, a velha concepção “o todo nas partes”, sem perceber que as partes específicas de cada desenvolvimento por sua vez também se expressam no conjunto, na totalidade do movimento maior que se expressa no modo de produção capitalista.

Por correspondência entendemos que determinadas condições sociais tendem a produzir situações semelhantes, problemáticas convergentes e assim uma atuação ou atividade social condicionada, ou um campo de ação possível, de acordo com as condições iniciais desenvolvidas e em desenvolvimento. Por correspondências entendemos que as similaridades entre duas situações sociais podem ser entendidas dentro de um quadro analítico mais amplo, o que nos remete ao movimento histórico de formação da sociedade capitalista. Corresponder significa que tanto o resultado, quanto o ponto de partida inicial, mas também o processo de desenvolvimento, expressam significações que podem ser descobertas por meio da pesquisa científica das relações sociais, na medida em que uma determinada situação social corresponde a um movimento histórico enquanto que a situação é provocada pelo movimento e por sua vez tal situação repercute no movimento histórico e social, compreendendo assim que não se trata da concepção mecânica de ação-reação, mas resultado de múltiplas determinações (política, cultural, econômica, valores, etc.) que atuam a todo momento na vida social.

### **3. México: do Porfiriato ao estado corporativo Nacional-Desenvolvimentista**

A forma de acumulação de capital no México, em fins do século XIX e início do XX, pode ser definida como um regime de acumulação extensivo: baseado na extração de mais-valia absoluta, um Estado Liberal e sua inserção nas relações internacionais baseadas no neocolonialismo.

Contudo, as lutas de classes neste regime de acumulação se intensificam, foram inúmeras as vezes que o governo teve que reprimir as manifestações operárias nas minas, inclusive com apoio do exército estadunidense, algumas repressões viraram símbolos, como a que houve em 7 de janeiro de 1907 quando as tropas do governo mataram cerca de 200 trabalhadores para forçá-los a voltar a trabalhar (BUSTOS, 2008). Das lutas surgiu

uma importante organização dos trabalhadores: O Grande Círculo de Operários Livres, era um momento de intensificação das lutas dos trabalhadores, seja no campo, nas minas, ou nas cidades:

No final do século XIX e início do século XX, ebulição de ideias radicais pairava no ar. Em 1882 os representantes de mais de 80 sociedades mutualistas reuniram-se no Congresso Operário e iniciaram a criação de sindicatos. Em 1900, o surgimento de organizações civis de protesto político, como o Clube Liberal Ponciano Arriaga, começava a definir as primeiras linhas de um movimento político que mais tarde daria forma ao Partido Liberal Mexicano, fonte ideológica de muitos movimentos sociais operários (BUSTOS, *Ibidem*, p. 64).

Esclarecemos que no nível dos países de capitalismo avançado já existia um regime de acumulação intensivo, este inicia em fins do século XIX. E com relação ao México afirmamos (sem nenhum teleologismo) que pela dinâmica das lutas de classes este país caminhava para o regime de acumulação intensivo, porém a especificidade do México é que a instauração deste novo regime de acumulação se daria via uma revolução que teria de pôr abaixo a parafernália das estruturas coloniais ainda existentes; este evento é a revolução mexicana de 1910. A esta época começava no México o desenvolvimento de relações de produção capitalistas: existiam assalariados nas minas, nas manufaturas, nas poucas indústrias e em certa medida podemos afirmar que as relações no campo se não eram capitalistas contribuíram bastante para que em nível da totalidade da sociedade mexicana se desenvolvessem relações de produção capitalista e investimentos produzidos.

A revolução mexicana é instauradora de limites na exploração dos trabalhadores operários e camponeses e o reconhecimento das suas organizações. Logo, ela não instaura relações sociais de produção capitalistas. A revolução é justamente o contrário, o reconhecimento da existência destas relações de fato e a tentativa, depois das inúmeras pressões dos trabalhadores, de limitar a exploração. Uma das consequências diretas da Revolução de 1910 e dos anos de guerra civil é o reconhecimento dos direitos trabalhistas, um dos pilares da nova constituição criada ainda em 1917. Segundo Loza, o artigo 123 da constituição garante:

Permissão para se organizar de maneira autônoma, direito a uma jornada de trabalho de 8 horas, proibição de as mulheres e menores de 17 anos realizarem tarefas insalubres, descanso obrigatório de um dia por semana, proteção à mulher durante o parto, distribuição de utilidades, direito a greves e interrupção do trabalho, etc (LOZA, 2008, p. 172/3).

No auge do processo revolucionário intervieram os mais diversos setores da sociedade mexicana: camponeses de norte a sul, militares ligados aos interesses dos

Estados Unidos, mas também um influente grupo com aspirações nacionalistas, a crescente burocracia estatal que se desenvolvia desde a época das reformas e modernização do período do ditador Porfírio Dias, sindicatos e organizações de trabalhadores, organizações da classe patronal, a intelectualidade das principais universidades do México, artistas, profissionais liberais, caudilhos do interior do país, etc. Ao fim do período revolucionário, o estado é reafirmado pela elite militar-burocrática que tenta realizar um concerto de interesses entre os principais agentes envolvidos no processo revolucionário.

Agora veremos que forma assumiu o Estado Mexicano. Na citação anterior de Loza (2008) já temos elementos para compreender que a forma liberal de Estado foi abandonada, pois há o reconhecimento por parte do Estado das organizações dos trabalhadores, o que este autor define como permissão para se desenvolver de forma autônoma. Mas esta autonomia não é nem relativa, e aqui surgirá outra peculiaridade dos regimes de acumulação capitalista no México. Assim, ao mesmo tempo em que houve reconhecimento das organizações dos trabalhadores o Estado empreendeu a formação do partido-Estado, como ficou conhecido o regime governamental no México durante o século XX:

A classe operária organizada em sindicatos foi encurralada, ou melhor, encarcerada no partido oficial, como demonstra a história dos sindicatos fortes -Confederação Regional Operária Mexicana (CROM), Confederação Geral de Trabalhadores (CGT), Confederação de Trabalhadores Mexicanos (CTM) etc. Nenhum deles tinha independência frente aos interesses do Estado. Ao contrário, dependiam dele e estavam atrelados a ele, ou seja, o Estado mandava e os sindicatos oficiais obedeciam (LOZA, 2008, pg. 174)

Dessa forma houve o reconhecimento das organizações dos trabalhadores por parte do Estado que foi tolerante, mas até certos limites, e se estes ultrapassassem os limites estabelecidos a repressão Estatal agia de forma semelhante ao período anterior à revolução.

A forma extração de mais-valia relativa continua a se desenvolver no México, sob um Estado integracionista e investidor. Ramírez (s/d) resume bem o período que se segue com a estabilização da forma de acumulação intensiva, que se baseia na extração de mais-valia relativa:

El término del liberalismo abre un nuevo horizonte y paradigma en el desarrollo nacional ante la creación del Estado del bienestar, cuyo principal acción es la proletarización de la fuerza de trabajo, bajo instituciones que resguarda un Estado social conciliador, mediador, regulador, que lleva un fuertes sesgo ideológico social demócrata. Con el arribo de las tesis keynesianas se deja en el pasado el bagaje ideológico burgués de la democracia y la libertad. Ahora lo que se tiene es un Estado Fascista, promotor de los

intereses de las clases trabajadoras, pero finalmente garante del grupo de empresarios que promueven el crecimiento del aparato productivo nacional, dentro del propio proyecto de desarrollo nacional bajo el emblema de un único partido. Nuevas fuerzas organizan a la nación y nuevos baluartes son basamento para erigir a los mexicanos en un creciente anhelo nacionalista. La socialdemocracia, que más que representar los basamentos ideológicos de la clase trabajadora, funda las bases de la proletarización bajo la fórmula del salario mínimo, que es un pilar importante en la explotación capitalista industrial urbana y moderna. El proyecto nacionalista que enarbola el PNR (posteriormente PRI), encuentra respaldo en los años 30 gracias a las políticas keynesianas, las que basan el crecimiento económico en la demanda interna, especialmente con la expansión del gasto público (RAMÍREZ, s/d pg. 6).

Este processo é viabilizado e intensificado pela “inclusión de su economía en la estructura económica internacional fordista o moderno” (RAMÍREZ, idem, pg. 80). Apesar de haver um discurso nacionalista, na realidade o que havia era o domínio do capital financeiro dos países centrais investidos na infraestrutura mexicana, com a transferência de boa parte dos lucros ali obtidos, e a constante requisição de empréstimos às instituições financeiras internacionais, o que trará graves consequências com a crise da dívida externa na década de 80 e que vai resultar no abandono da política Estatal legitimadora da forma de acumulação intensiva e ao mesmo tempo como porta de entrada das políticas neoliberais (TELLO, 2007).

O período posterior aos eventos que dão forma à revolução mexicana (evoluindo desde as décadas de 1920, 1930) é marcado pelo aumento da intervenção do Estado no sentido de empreender políticas de desenvolvimento capitalista. Segundo Loza uma burocracia militar-burocrática conseguiu estabilizar o consenso entre os grupos dirigentes em benefício da acumulação capitalista (LOZA, 2008), incluindo a subordinação dos trabalhadores com políticas de cooptação e autoritarismo e ao mesmo tempo incorporando diversas organizações patronais. Assim, as funções cumpridas por este Estado foram similares a do Estado Integracionista dos países imperialistas, porém sua dinâmica é diferente, a subordinação aos países centrais define seus limites, por isso o chamamos de Estado Integracionista Subordinado.

Ramírez afirma que “*La revolución mexicana es efecto de la inclusión de su economía en la estructura económica internacional fordista o moderno*” (RAMÍREZ, s/d, pg. 5). Este é um dos principais fatores que possibilitam a integração subordinada das organizações da classe trabalhadora às instituições do estado nacional mexicano, tendo em vista o forte desenvolvimento iniciado em meados da década de 1930. Insere-se na constituição mexicana o lema de que o estado deve ser o vetor do desenvolvimento

nacional, principal ator nos projetos e programas de desenvolvimento. Criam-se instituições e comissões estatais que têm como objetivo estudar e programar as bases de fomento econômico, entre as mais importantes está o *Consejo Nacional Económico* em fins da década de 1920. A partir de meados da década de 1930 a economia mexicana inicia sua recuperação estimulada pela expansão das exportações e consequente crescimento do PIB, que durante as décadas seguintes crescerá em média 6% ao ano (TELLO, 2007).

Uma das principais personalidades políticas dessa época é o General Lázaro Cárdenas, presidente do México entre os anos de 1934 e 1940, e um dos principais articuladores do Partido da Revolução Institucional. As bases para o posterior desenvolvimento mexicano ao longo do século XX foram estabelecidas em seu governo e foram continuadas por sucessivos governos por meio da elaboração do *Primer Plan Sexenal*, sustentado pelo enraizamento do PRI dentro das instituições, organizações e estrutura burocrática do estado Mexicano; Nesse *Primer Plan Sexenal* já estava contido os principais objetivos e instrumentos da atuação estatal até fins da década de 1970:

el reparto agrario, el otorgamiento de seguridad jurídica, el apoyo a la organización campesina; promover la organización de los trabajadores; la construcción de un sistema económico propio, capaz de lograr mayor independencia del país con respecto al exterior; el crecimiento de la producción para satisfacer las necesidades de la población; otorgar mayores recursos a la educación y al mejoramiento de las condiciones de la salubridad y atención médica; sobretudo a la población rural; el uso racional de los recursos naturales, hacer efectiva la nacionalización del subsuelo y ampliar las zonas nacionales y mineras (TELLO, 2007, p. 156).

Há nesses anos um crescente papel do estado como investidor e promotor do desenvolvimento, através do constante e crescente gasto com infraestrutura básica (modernização da distribuição de água, fomento agropecuário, energético, comunicações, transporte), infraestrutura social (serviços educativos e de atenção à saúde) e em atividades estratégicas (produção de aço, fertilizantes, papel, bens de consumo básico) (TELLO, 2007). Para Carlos Tello a afirmação do estado mexicano nas décadas que vão de 1930 a 1970 se dá pela reafirmação de um estado nacionalista, articulador dos diversos grupos e classes sociais aparentando assim autonomia de classe, e promotor da economia e desenvolvimento nacional.

Mesmo com a saída do General Cárdenas a estrutura de sucessão dentro do poder executivo se mantém e o Partido Nacional Revolucionário (depois chamado Partido da Revolução Mexicana, e num terceiro momento passa a ser nomeado como PRI) é exemplar da estruturação do poder político no México, a “ditadura perfeita” que muitos

estudiosos se referem. A estabilidade política conseguida por meio do “estado corporativo”, que incorporou organizações sindicais, patronais e as organizações políticas, foi capaz de sustentar um processo de desenvolvimento interno que aprofundou a inserção do México na divisão internacional do trabalho por meio da modernização do sistema produtivo nacional, e assim de fins da década de 1940 aos anos de 1960 desenvolve-se de forma rápida e consistente o sistema produtivo nacional, sobretudo a produção industrial manufatureira e as atividades urbanas:

configuración económica centrada en la industrialización protegida de la competencia externa mediante impuestos y barreras arancelarias se dirigió principalmente hacia el mercado interno de bienes de consumo durables y no durables y bienes ligeros de capital, convirtiéndose una parte de la clase obrera, la de los grandes sindicatos nacionales de industria, en parte de este mercado interno. Pero, en otro nivel, la sustitución de importaciones, que logró industrializar parcialmente al país, reconoció una reestructuración de los procesos productivos centrales hacia los años cincuenta y setenta con la introducción, por ejemplo, del servicio automático de larga distancia en los teléfonos; la primera forma de automatización en la industria petrolera y petroquímica; el taylorismo-fordismo en la industria automotriz terminal y en parte de la metalmecánica; el tajo abierto en la minería; en los ferrocarriles, la sustitución de la máquina de vapor por la de diesel; en generación de electricidad, la construcción de las grandes plantas hidroeléctricas del sureste, etcétera. (TOLEDO, 2010, p. 57/8).

É exatamente nesses anos que surge a ideia do “milagre mexicano”, que da forma como é divulgada não esconde mais que um desenvolvimento sustentado pelo autoritarismo político (TOLEDO, 1988) e pela renovação subordinada de seu sistema produtivo de acordo com a movimentação internacional do grande capital (TOLEDO, 2010; TELLO, 2007; RAMÍREZ, s/d). Daí que mesmo com o profundo desenvolvimento econômico e social ao longo dessas décadas de modernização a sociedade Mexicana presencia intensos conflitos sociais que fazem surgir no cenário nacional inúmeros atores independentes da política estatal, sobretudo trabalhadores urbanos e camponeses: professores, operários, funcionários públicos, ferroviários, eletricitistas, só para citar os setores com maior agitação sindical e política ao longo das décadas de domínio do PRI, sem esquecer das constantes invasões a propriedades no campo e as guerrilhas rurais, e ainda do Massacre da Praça de Tlatelolco, no ano de 1968.

Nesses anos de desenvolvimento intenso baseado na atuação do estado como eixo e ator principal na esfera econômica, ocorre a estabilização e crescimento do mercado interno; a principal política desse período é a que ficou conhecida como industrialização via substituição de importações. Embora o estado mexicano tenha tratado de criar mecanismos de proteção da produção industrial nacional, por meio de tributos, impostos e várias normas que dificultavam a livre movimentação do capital transnacional,

e ainda desenvolvendo outros setores da produção que subsidiavam como um todo o desenvolvimento nacional (como a agropecuária, construção civil e setor de serviços) tal política se esbarrava em obstáculos intransponíveis: primeiramente, a atuação do estado necessitava de crescentes recursos financeiros para se manter enquanto principal ator do desenvolvimento, recursos estes que vinham do exterior e conforme se estruturou tal política os recursos sempre foram requisitados em nível crescente, acumulando dívidas estratosféricas que terão seu auge na crise das dívidas externas em meados dos anos de 1980 (TELLO, 2007); em segundo lugar, as transferências de mais-valia e de lucro para as empresas transnacionais, ou seja, retornando para os países de capitalismo central, eram muito grandes e geralmente ultrapassavam várias vezes em número a inversão inicial do capital estrangeiro no México (FRANK, 1970). O resultado: reforço da dependência do desenvolvimento do capitalismo mexicano à movimentação e acumulação do capital em nível internacional.

#### **4. Brasil: da República Velha ao desenvolvimentismo.**

O estabelecimento das relações de produção capitalistas no Brasil não encontrou no universo rural brasileiro um obstáculo intransponível como à primeira vista imaginamos e nos vêm à cabeça quando nos deparamos com o moderno mundo urbano. Desde meados do século XIX medidas históricas foram implantadas e que resultaram na regulamentação das novas relações sociais que estavam em germe: a Lei de Terras de 18 de Setembro de 1850 representa uma alteração jurídica tão necessária para as relações sociais capitalistas como a abolição da escravidão, na medida em que ambas se prestam a criar uma classe de trabalhadores livres dos meios de produção e ao mesmo tempo a concentração imposta e regulamentada da propriedade privada. A grande novidade que é parte integrante do Brasil no contexto das relações internacionais do sistema capitalista mundial é a existência de uma reserva natural de matérias-primas aparentemente sem limites que é o vasto território nacional. Durante aproximadamente 400 anos de história deste país a vida social se resumiu ao mundo rural, que foi ao mesmo tempo a conexão com o mundo externo por meio do sistema colonial, da escravidão, da produção das minas e latifúndios fontes de minerais e produtos primários que enriqueceram as potências capitalistas que se formavam na Europa, servindo de importante contribuição para a acumulação primitiva do capital.

Para começar então uma exposição sobre as principais transformações que ocorreram no Brasil, sobretudo entre os anos de 1930 (que marca a chegada de Getúlio



Vargas e de um novo grupo ao poder estatal) até fins da década de 1960 (que marca um novo golpe de estado e a instrumentalização dos militares no poder) é preciso ter em mente o ponto de partida, a situação inicial em que tais mudanças se desenvolveram. A centralização do poder no executivo federal é parte integrante das novas transformações que complexificam o quadro da vida social no Brasil, o que poderíamos dizer: expressa o surgimento de novas classes sociais e grupos políticos. A situação inicial que falamos é a que assenta o poder do estado nacional sob a base de uma vida rural e com toda a dinâmica política e de classes que nela se desenvolve. Embora tenhamos algumas discordâncias mais gerais da interpretação dada por Vitor Nunes Leal é inquestionável o quadro social que este apresenta do Brasil fora dos centros metropolitanos que por essa época apenas começavam a crescer aceleradamente:

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras (LEAL, 2007, p. 45).

A esfera política das relações sociais no Brasil se expressa pelo domínio pessoal, diretamente exercido pelos proprietários de vastas extensões de terra sobre as massas camponesas; as cadeias desse sistema político se entrelaçam até afirmar e assentar a base do poder político executivo no âmbito federal, arrefecendo assim o peso político de cada gomo dessa corrente que entrelaça municípios, estados, regiões e o conjunto da nação; a escolha de um presidente durante a chamada República Velha não era mais que a decisão feita pelo partido governante e que era referendada pelas lideranças estaduais, segundo Skidmore (2007) a nomeação dentro do partido governante equivalia a eleição garantida para o cargo do executivo federal. A força das mudanças que veremos é demonstrada quando décadas mais tarde, as elites políticas sentirão a falta desse eficaz sistema político de empoderamento e de manutenção dos mesmos representantes políticos quando nos anos que vão de meados da década de 1940 a meados dos anos 60 ocorre o crescimento eleitoral-parlamentar dos partidos ligados a organizações sindicais dos trabalhadores urbanos fazendo recuar a presença dos partidos abertamente ligados aos industriais e latifundiários.

A força política dos coronéis do interior, junto com o pouco nível de desenvolvimento das cidades, garantira por várias décadas o princípio de transição entre os representantes do executivo federal, alternando entre representantes dos estados de São Paulo (através do *Partido Republicano Paulista*) e de Minas Gerais (no *Partido*

*Republicano Mineiro*); por cerca de 30 anos a alternância de representantes se manteve, muito embora desde as eleições anteriores grupos oposicionistas (da região sul e nordeste) vinham acusando o sistema político e a própria legislação de estimularem as fraudes nas eleições e a necessidade de mudança de hábitos e costumes políticos; Os principais nomes da oposição vinham do sul nas figuras de profissionais liberais como Oswaldo de Aranha e Lindolfo Collor. Nas eleições de 1º de Março sai vitorioso o candidato Júlio Prestes, proposto pelo então presidente Washington Luís, o que fez recrudescer as críticas ao sistema político, agora com a adesão da elite mineira que fora colocada de lado pela escolha de Washington Luís.

Em poucos meses a crítica contida, feita por meio de comunicados, pela imprensa, vai se radicalizando e ganhando espaço no interior de grupos mais radicalizados, surgidos do ambiente urbano e ligados a grupos militares, profissionais liberais, setores da nascente burocracia estatal e engrossada por membros das elites regionais descontentes que passam a se reunir com os grupos que propunham uma conspiração armada. A adesão do patriarca mineiro, Antônio Carlos, e do coronel gaúcho, Borges de Medeiros, ocorre com o assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa, que morre no meio de uma disputa regional, sendo que seus assassinos estavam ligados ao grupo de Washington Luís.

O acontecimento que catalisou a oposição numa rebelião armada foi o assassinato de seu antigo candidato a vice-presidente, João Pessoa, do estado nordestino da Paraíba. Em 26 de julho, Pessoa tombou vítima das balas do filho de um implacável inimigo político do ex-governador. Sua morte não foi um caso atípico na sangrenta política de clãs que vigorava nos lugares remotos da costa do Nordeste. Naquele tenso momento da política nacional, no entanto, teve efeito traumático, porque Washington Luiz apoiava o grupo político ao qual o assassino estava ligado. Os hesitantes conspiradores da oposição foram levados de roldão na onda de indignação produzida pelos radicais para criar uma atmosfera revolucionária. Borges de Medeiros agora apoiava a revolução e ajudou imensamente no recrutamento de comandantes militares para a conspiração. Organizou-se um comando geral revolucionário sob a chefia do coronel Góes Monteiro (SKIDMORE, 2007, p. 37).

A 3 de Novembro de 1930 os comandantes militares passam o comando do executivo para o líder incontestado da oposição, Getúlio Vargas. Não houve tentativas de prolongamento de governança militar diante da coesão e do avanço das tropas oposicionistas que vinham do nordeste, Minas e do sul; mais importante ainda para a manutenção da posse no executivo na figura de Vargas foram as medidas reformistas que se realizaram a partir de então, medidas estas que atingiam a esfera política, causa inicial das movimentações oposicionistas, mas também reformas de cunho social e econômico, e que marcaria o governo de Getúlio Vargas pela próxima década e meia.

Mas para compreendermos o caráter das mudanças e transformações iniciadas com Getúlio Vargas, e que historicamente serviram de ponto de partida para o aprofundamento das relações capitalistas no Brasil nas décadas subsequentes, se faz necessário a partir desse ponto apresentarmos uma visão das transformações econômicas que borbulham nesse período e que mais importante ainda, reafirmam o caráter do capitalismo dependente desenvolvido no Brasil.

As últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX criam germes para as transformações que se aprofundam a partir dos anos de 1910 e que chegam ao movimento ascendente do seu auge a partir dos anos de 1930. Francisco de Oliveira (1977) vai defender a existência de um modo de produção de mercadorias que caracteriza a economia brasileira durante a República Velha, significando o auge da vocação agrícola brasileira no interior da divisão internacional do trabalho, processo que fortalece o nascimento de uma burguesia comercial e financeira em estreita relação com o setor agro-exportador:

La Primera República hereda así una economía cuyas condiciones de acumulación y crecimiento habían sido fortalecidas en gran medida. Avanzan en primer lugar los procesos de acumulación primitiva, que la nueva clase revertía *pro domo suo*, y que no sólo significaban ampliar la posesión y la propiedad de la tierra, sino también el control de intercambios nacientes entre distintas unidades de producción, una vez anulada la autarquía anterior, a través de aquellas instituciones que después habrían de caracterizar la estructura política y social de la República Vieja, como el coronelismo, el complejo latifundio-minifundio y sus agregados. En segundo lugar, la instauración del trabajo libre en el corazón de las propias unidades productivas del complejo agroexportador significa una inversión de la situación en la economía de esclavitud, predominando así el capital variable e incrementando la rentabilidad de las explotaciones. En términos cuantitativos, el volumen del excedente bajo control de los “aristócratas del café” (así como de la aristocracia del azúcar y de otros aristócratas), era mayor que en épocas anteriores (OLIVEIRA, 1977, p. 147).

Já percebemos aqui uma mistura de relações sociais capitalistas (trabalho livre, concentração capitalista da propriedade da terra) com as antigas relações sociais, pré-capitalistas (coronelismo, massa da força de trabalho do campo subordinada aos latifúndios, escravidão, meeiros, colonos), fundidas sob o processo de acumulação primitiva, marcando o processo de transformação da força de trabalho escrava em trabalhadores livres no Brasil. Por outro lado, a produção agroexportadora e os vários setores por ela movimentada (comércio, indústria, bancos, setor de serviços, etc.) atuam na concentração de capital e formação da classe capitalista nacional em associação com os capitais internacionais que se movimentavam desde os centros dos países de capitalismo central. Esse processo é desenvolvido e reforçado por instrumentos de

subordinação da economia nacional na medida em que importante parte do excedente produzido aqui é transferido para os países de capitalismo central por meio da troca de matérias-primas por produtos manufaturados.

Desde a primeira década do século XX ocorre um processo de intensificação da industrialização brasileira, motivada pela primeira guerra mundial o que gera um grande esforço de industrialização via substituição de importações. Esse processo fortalece a formação de novas classes sociais no interior da sociedade brasileira, de um lado industriais que se associam aos setores latifundiários, e do outro o novo proletariado fabril surgido sobretudo em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, e que passa a pressionar os antigos grupos dominantes por um espaço na sociedade política e por benefícios para a classe trabalhadora. Com a crise de 1929 e a segunda guerra mundial aumentam as dificuldades de importação brasileira, reforçando o processo de industrialização que se intensifica sobremaneira pós-1930:

O resultado das lutas desencadeadas por esse conflito é, por intermédio da Revolução de 30, um compromisso – o Estado Novo, sob a ditadura de Getúlio Vargas – através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista (MARINI, 2012, p. 74/5).

Necessário lembrar aqui que a organização da classe trabalhadora sofrerá intensos ataques durante todo o período em que se aprofunda a industrialização e consequente crescimento numérico e de mobilização da classe trabalhadora; as tentativas de estruturação de um partido comunista, ou mesmo de organizações como a ANL<sup>3</sup> sofrerá intensa repressão estatal, sobretudo no Governo Vargas, e se cristaliza na formação dos sindicatos corporativos, sob rígido controle estatal. Hilton (1986) descreve detalhadamente o processo de vigilância e de repressão aos militantes comunistas através de uma complexa rede que incluía militares, representantes diplomáticos e jornalistas; e Paulo Sérgio Pinheiro mostra como as condições específicas desse período “imobilizaram, prejudicaram seriamente ou puseram em risco as políticas de colaboração ou de frente, nos momentos de aliança dos anos 20 e 30 – como as rebeliões dos tenentes,

---

<sup>3</sup>Aliança Nacional Libertadora, fundada em 1935, organização que reuniu intelectuais, militares, democratas radicais, e que contou com o auxílio do PCB na tentativa de provocar reformas democráticas no Brasil durante o Governo de Getúlio Vargas.

o prestígio, o Bloco Operário (BO), o Bloco Operário e Camponês (BOC) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL)” (PINHEIRO, 1991, p. 42).

Esse processo de crescimento via industrialização por substituição de exportações, com forte intervenção estatal reforçando a industrialização nacional, se mantém com força regular até o começo dos anos 50, mas entra em contradição pelo seu próprio desenvolvimento; o crescimento associado entre produção industrial nacional e a produção agroexportadora é alterado com a intensificação das atividades industriais e diminuição da atividade agroexportadora em comparação com as indústrias, causando rompimentos entre setores da burguesia nacional, na medida em que o crescimento conjunto que se tornava complementar passa a ser de oposição entre os dois setores (MARINI, 2012).

Da morte de Vargas ao golpe de estado de 1964 são dez anos dolorosos de acirramento do conflito entre vários setores da sociedade: a expansão do capital industrial, apoiado na posse das políticas estatais de desenvolvimento e a consequente expansão econômica possibilitou que grupos industriais estimulassem as lutas dos movimentos dos trabalhadores por mais benefícios na legislação trabalhista (exemplos são o aumento conquistado no salário-mínimo de 100% quando Goulart era ministro de Vargas; unificação sindical), ao aumentar as expectativas de emprego, melhores condições de vida dos trabalhadores e para as classes médias urbanas, era assim uma reação do empresariado industrial contra as velhas classes dominantes, comprometendo o pacto de 1937 que selou a associação da produção industrial com os setores voltados para as atividades agroexportadoras. Daí a reação desencadeada com o suposto advento de uma “república de sindicatos”, que de várias maneiras se expressava no conflito entre UDN e PSD, além da oposição orbitando em torno da figura do jornalista Carlos Lacerda.

A crise entre as duas frações do capital nacional se agrava com a necessidade de ampliar a remuneração do capital estrangeiro investido aqui, o que ocorre sobretudo por meio da importação de máquinas e bens de consumo, o que por sua vez esbarra nos interesses da indústria nacional em manter altas taxas cambiais para que reforce o desenvolvimento industrial interno e com os interesses agroexportador que tiram sua lucratividade com a diminuição das taxas de câmbio. Ilustrativo das lutas entre frações da burguesia nacional é a implementação da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (ex-SUMOC, atual Banco Central) que criava novas condições para a movimentação do capital estrangeiro no Brasil, diminuindo barreiras para a importação

de máquinas e equipamentos por empresas estrangeiras sem necessidade de pagamentos de altas taxas alfandegárias, facilitando os investimentos diretos ou financiamentos.

O que estava em cheque era a tentativa consciente e dirigida de fomentar o desenvolvimento nacional, expandindo o mercado interno via aumento da produção de bens de consumo, ao mesmo tempo em que contragolpes eram realizados por meio dos representantes do setor agroexportador e favoráveis à livre movimentação dos capitais estrangeiros. Paul Singer, como um dos principais representantes teóricos do projeto de desenvolvimentismo, resume bem em determinada passagem de sua obra histórica *Desenvolvimento e Crise* os objetivos que se esperavam:

O desenvolvimento, entendido como transformação estrutural, tem por efeito tornar a economia menos dependente do Setor de Mercado Externo, cujo papel condutor passa a ser exercido pelo Setor de Mercado Interno. A economia deixa de ter sua dinâmica presa à dos países industrializados. Em compensação, o Setor de Mercado Interno, que é capitalista, passa a ser um foco autônomo de variações conjunturais (...) A industrialização de um país subdesenvolvido suscita muito mais pontos de estrangulamento que a mera expansão industrial de uma economia capitalista desenvolvida. É que a pirâmide industrial está sendo formada mediante a substituição de importações, de cima para baixo. A industrialização consiste no estabelecimento de plantas que realizam as últimas fases da produção de bens de consumo (montagem, acabamento), a serem absorvidos por mercados locais, no máximo regionais (SINGER, 1982, p. 135).

A viabilidade desse projeto dependia então da associação complementar entre a produção industrial e as atividades agroexportadoras, mas conforme apontamos anteriormente, ocorreu um maior desenvolvimento da produção industrial entre as décadas de 1940 e 1960 resultando em fissuras e no crescente conflito entre os dois setores da economia nacional; mais ainda, essas fissuras se expressavam na luta política entre os dois grandes representantes partidários em nível nacional naquele momento, a UDN e o PSD. A capacidade estabilizadora do sistema político-eleitoral entre os anos de 1945-64 fora exercida pelo PSD que conseguiu crescentemente capitanear a força eleitoral dando continuidade ao regime político (HIPÓLITO, 1985), o que adiou por alguns anos a vitória iminente de um golpe militar, o que de forma alguma inviabilizou a formação de uma ampla frente de oposição ao projeto desenvolvimentista em torno da União Democrática Nacional, expressando os interesses dos setores conservadores da economia nacional, ou seja, dos grupos ligados às atividades agroexportadoras, mas também de grupos sociais de origem urbana, e mesmo aglutinando setores da esquerda.

Resgatando uma forma particular de liberalismo desenvolvido no Brasil, que em realidade se torna a expressão dos interesses ligados à conservação da posição do país na divisão internacional do trabalho (nação dedicada às atividades agroexportadoras) desde

o ano de 1945 mantém a UDN um ferrenho discurso oposicionista que se reproduz entre os setores médios da sociedade brasileira (sensível sobretudo ao grupo dos bacharéis), tendentes a se organizarem em torno do discurso formal e abstrato de liberdade de imprensa e de associação, anistia, reestabelecimento da ordem jurídica, eleições livres e sufrágio universal, mas que de fundo baseava-se na reivindicação de maior participação política e econômica para as próprias elites (BENEVIDES, 1981). A formação da frente ampla se desfaz com o tempo, resultando em desligamentos dos vários grupos que a compõem, as elites regionais, intelectuais, esquerdistas, estudantes e na criação de várias organizações e partidos políticos no período de redemocratização pós-1945, e foi no meio desse processo que o caráter conservador da UDN foi crescendo com a permanência dos setores conservadores em seu interior:

Se a burguesia tinha vários motivos para reclamar pela democratização, tudo o que pudesse ser interpretado como “interesses vis” era enfeitado com as virtudes da democracia, rapidamente resgatadas. A defesa das liberdades democráticas traria, em acréscimo, a defesa de um liberalismo econômico, então desejável, em oposição às políticas centralizadoras – então indesejáveis – como a intervenção no livre jogo do mercado, a restrição aos capitais estrangeiros e o controle sobre as políticas salariais e sobre a concessão de créditos (BENEVIDES, 1981, p. 56).

O caminho trilhado pela tentativa de sistematização do desenvolvimento nacional abre novas contradições na sociedade brasileira: o surgimento de novas classes sociais, destacando-se o proletariado urbano, a afirmação do poder da burguesia industrial no controle do estado, os interesses específicos da intelectualidade e profissionais liberais no sistema político, as constantes intervenções militares, muitas vezes requisitadas por outros grupos e classes, a atuação do capital internacional e das políticas externas dos países de capitalismo central, são importantes elementos que atuam na constituição do desenvolvimento do capitalismo brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960; nas décadas posteriores esse processo de desenvolvimento capitalista vai se reafirmar, sofrer algumas mudanças conjunturais e passar por novos momentos, como o projeto nacionalista pós-1964 desenvolvido e levado a cabo pelos militares, mas já se trata de um novo momento da história do capitalismo no Brasil; a grande novidade no período anterior é a complexificação das relações entre as classes sociais no Brasil, a afirmação de um estado nacional encarregado de dirigir o processo de desenvolvimento capitalista, a inserção da classe trabalhadora na lógica desse desenvolvimento (sobretudo por meio do reconhecimento dos direitos trabalhistas e da organização sindical, mesmo que controlada pelo estado), a afirmação dos interesses da burguesia nacional, e ao mesmo tempo o aparecimento de interesses divergentes dentro dessa mesma classe social, a participação

decisiva dos grupos médios atuantes nas grandes cidades como intelectuais, burocracia estatal, partidária e sindical, e o papel dos militares como assíduos acompanhantes do desenvolvimento das novas relações de classe.

### **5. O significado das correspondências: o regime de acumulação intensivo subordinado no Brasil e no México**

Na parte em que debatemos as transformações no capitalismo mexicano nos referimos ao regime de acumulação intensivo; na ocasião não tivemos tempo de definir esse conceito, o que faremos agora no sentido de aumentar a viabilidade de nosso estudo sobre as correspondências entre o desenvolvimento do capitalismo no México e no Brasil. Conforme Nildo Viana (2009), fundamentado na obra de Marx sobre o modo de produção capitalista, a essência deste modo de produção é a valorização do capital que ocorre por meio da extração de mais-valia, contudo, surgem formas historicamente diferenciadas de valorização do capital, baseando-se no predomínio da extração de mais-valia absoluta, relativa ou de ambas. Como forma de auxiliar o processo de valorização do capital se faz necessária a intervenção estatal, daí surgindo formas diferenciadas de estado (como o estado liberal, estado de bem-estar social, estado neoliberal, estado corporativo, etc.) e formas diferenciadas das relações internacionais que concretizam no âmbito externo as políticas necessárias para a movimentação de capitais ao redor do mundo.

No período histórico das transformações capitalistas na América Latina o regime de acumulação dominante nos países de capitalismo central era o regime de acumulação intensivo baseado na extração de mais-valia relativa, estado integracionista/corporativo e as relações internacionais marcadas pelo imperialismo. O fator fundamental na determinação da formação de um regime de acumulação é o processo de luta de classes em torno da reprodução ampliada do capital, colocando em conflito a classe trabalhadora (em busca de aumento salarial, diminuição da jornada de trabalho) contra a classe capitalista (que busca aumentar o processo de valorização do capital, diminuir salários, aumentar a jornada de trabalho, etc.). Nas primeiras décadas do século XX ocorre a expansão da organização fordista do trabalho que resulta das lutas da classe trabalhadora por aumento salarial e diminuição da jornada de trabalho, além dos novos recursos tecnológicos e organizacionais em mãos da classe capitalista para realizar o processo de valorização do capital.

Os resultados dessa nova forma de valorização do capital se internacionalizam pelas várias regiões do planeta, e na América Latina as consequências são os desenvolvimentos das relações de produções capitalistas precipitadas pelas



transformações no interior da formação do regime de acumulação intensivo nos países de capitalismo imperialista, daí as conquistas tanto no México como no Brasil, em tempos aproximados, dos direitos da classe trabalhadora de se organizar sindicalmente, diminuição da jornada de trabalho, estabelecimento de um salário-mínimo conforme os preceitos da organização fordista do trabalho; direitos que são reconhecidos por políticas de uma determinada forma de estado, o estado integracionista ou corporativo que no interesse do desenvolvimento do capital nacional se torna instrumento aparentemente superior às classes sociais, incorporando-as em suas políticas econômicas; e por outro lado, todo esse movimento é possibilitado pela atuação do imperialismo no âmbito das relações internacionais por meio do monopólio de capitais, transferência da mais-valia e lucratividade realizadas nos países do terceiro-mundo, a troca desigual entre produtos manufaturados e industriais por matérias-primas.

A complexificação das relações sociais se aprofunda nessa forma de regime de acumulação, aumentando o número dos indivíduos pertencentes às classes burocráticas e intelectualizadas no interior da divisão do trabalho, o que encontramos nos dois países através da atuação desses setores na formação das políticas estatais, atuando em organizações políticas, etc. A expansão das atividades do capital internacional nos dois países, Brasil e México, aumentam massivamente por meio de empréstimos, investimentos diretos, tratados comerciais, atuação de organizações internacionais.

A política de desenvolvimento via substituição de importações é o principal motor das transformações capitalistas nesse período de desenvolvimento, impulsionando nos dois países a ampliação da classe trabalhadora, transformações no meio rural, desenvolvimento da infraestrutura de transporte, telecomunicações, energia, ampliando o sistema de serviços públicos.

Embora inúmeras determinações específicas tenham atuado em cada país, as transformações que apontamos (na esfera da reprodução do capital, nas relações de classe e entre os grupos políticos organizados, além da centralização das políticas de desenvolvimento no estado nacional) podem ser entendidas por meio da formação do regime de acumulação intensivo subordinado no México e no Brasil ao longo das décadas de 1930 e 1960 como resultado da reprodução ampliada do capital desde os países sedes do imperialismo. Entre essas décadas o aprofundamento do desenvolvimento capitalista nesses dois países latino-americanos experimentou questões similares e muitas das vezes os resultados dessas questões convergiram a tal ponto de que os dois países, os mais industrializados na América Latina, ao contrário de terem um livre desenvolvimento

nacional se viram cada vez mais dependentes da acumulação capitalista a nível internacional, e por isso são novamente transformados com o avanço neoliberal no início dos anos de 1980.

### Referências

BENEVIDES, Maria. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro(1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BUSTOS, Rodolfo; MEDINA, Rafael; LOZA, Marco. *Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, conseqüências*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HIPÓLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiencia democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HILSENBECK, Alexander. *Abaixo e à Esquerda: uma Análise Histórico-Social da Práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. São Paulo, 2007, dissertação de mestrado em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.

HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Volume II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996

OLIVEIRA, Francisco. *Surgimiento del Modo de Producción de Mercancías: Interpretación de La Economía en la República Vieja Del Brasil*. EL TRIMESTRE ECONOMICO, Ciudad del México - México, v. 44, n.173, p. 143-168, 1977.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras: 1991.

RAMÍREZ, Jorge. *Historia de la Modernidad en México, siglos xix –xx: enfoque estructural funcionalista*. s/d.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

TELLO, Carlos. *Estado y desarrollo económico: México 1920-2006*. México: UNAM, 2007.

TILLY, Charles. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid, Alianza Editorial, 1991.

TOLEDO, Henrique Garza. *Ascenso y crisis del estado social autoritario: Estado y acumulación del capital en México (1949-1976)*. México: El Colegio de México, 1988.

TOLEDO, Henrique Garza (ORG). *Trabajo y modelos productivos en América Latina : Argentina, Brasil, Colombia, México, y Venezuela luego de las crisis del modo de desarrollo neoliberal*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é apresentar uma discussão sobre o desenvolvimento capitalista e as lutas políticas no Brasil e no México de início do século XX até a década de 1970. Durante esse período os dois países passaram por uma profunda transformação capitalista das relações sociais no interior de suas fronteiras, refletindo assim um movimento internacional de universalização do modo de produção capitalista. A expansão da classe trabalhadora, a formação de capitalistas nacionais, o crescimento da intervenção do estado na economia nacional e os consequentes conflitos entre as classes envolvidas são problematizados no presente artigo como forma de iniciar o debate sobre o desenvolvimento capitalista e as lutas políticas nos dois países.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento capitalista; lutas políticas; Brasil; México; Século XX.

**Resumo:** El objetivo del siguiente artículo es presentar una discusión sobre el desarrollo capitalista y las luchas políticas en Brasil y en México al comienzo del siglo XX hasta la década de 1970. Durante este periodo los dos países atravesaron por una profunda transformación capitalista de las relaciones sociales al interior de sus fronteras, reflejando así un movimiento internacional de universalización en el modo de producción capitalista. La expansión de la clase trabajadora, la formación de capitalistas nacionales, el crecimiento de la intervención del estado en la economía nacional y los consequentes conflictos entre las clases envueltas, son problematizados en este artículo como una forma de iniciar un debate sobre el desarrollo capitalista y las luchas políticas en los dos países.

**Palabras claves:** Desarrollo capitalista; luchas políticas; Brasil; México, siglo XX.